



A Pedagogia da Alternância e as Escolas Família Agrícola no Brasil: um estado do conhecimento de 2008 a 2019 em pesquisas *stricto sensu*

The Alternance Pedagogy and Family Rural Schools in Brazil: a State of Knowledge from 2008 to 2019 in strictu sensu research

Rafael Leitzke Pereira¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4407-3338>

 <http://lattes.cnpq.br/3880662841593920>

Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas²

 <https://orcid.org/0000-0003-4949-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/0038767974020696>

RESUMO

O presente artigo apresenta uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento que aponta à utilização da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo no Brasil, além de estudos sobre egressos destas instituições. O trabalho contou com oito pesquisas, sendo sete dissertações e uma tese no período que compreende os anos de 2008 a 2019, um intervalo de 12 anos, no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Como resultados, apontamos a preocupação constante no aperfeiçoamento de métodos; a luta por uma educação do/no campo voltada para o jovem camponês evitando o êxodo rural; pais que percebem a importância da formação escolar dos filhos contrária à visão de que para desenvolver as atividades cotidianas da região a escolarização não era necessária; importância destas escolas para a atuação regional e a inserção em assentamentos, quilombos e comunidades indígenas; além de enfatizar a importância das Escolas Família Agrícola num projeto de sociedade em que a Educação do Campo precisa estar inserida.

Palavras-chave: Estado do conhecimento; Educação do Campo; Pedagogia da Alternância.

ABSTRACT

This article presents State of the Knowledge research that points to the use of the Alternance Pedagogy in rural schools in Brazil, in addition to studies on former students from these institutions. The work comprised eight research studies, seven of which were dissertations and one, a thesis in the period from 2008 to 2019, a 12-year interval, found in the repository of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) at the Brazilian Institute for Information in Science and Technology (IBCT) and at the Coordination of Improvement of Higher

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, câmpus Pelotas/RS – Brasil.
E-mail: rafael.leitzke@gmail.com

² E-mail: mroostas@hotmail.com



Education Personnel (CAPES). As a result, we point out the constant concern in improving teaching methods; the struggle for an education for/in the countryside aimed at the rural youngster, thus avoiding rural exodus; parents realizing the importance of school education for their children contrary to the secular view that schooling was not necessary to carry out daily activities in the region; the importance of such schools for regional activities and insertion in settlements, quilombos and indigenous communities in addition to emphasizing the importance of Family Rural Schools in a project of society in which Rural Education needs to be inserted.

Keywords: State of knowledge; Rural Education; Alternance Pedagogy.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada, traz ao leitor um estado do conhecimento acerca da utilização da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo no Brasil e estudos sobre egressos destas instituições. De fato, compreender a necessidade da educação do campo para a população campestre significa “direito e não uma esmola”, tal como revela um trecho da letra da canção de Gilvan Santos³. Para tanto, precisamos compreender que esta educação não se resume em simplesmente estabelecer escolas na zona rural.

A Pedagogia da Alternância tem sua origem na França, na década de 1930, mais precisamente no ano de 1935, fruto de uma demanda de alguns estudantes que não se sentiam contemplados pela educação fornecida nas escolas convencionais aos jovens do campo. (NOSELLA, 1977).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o modelo em alternância foi idealizado pelo Padre Abbér Granereau ao ouvir a demanda da comunidade, criando uma alternativa de ensino que contemplasse os anseios de quem vivia da agricultura e sofria as consequências do êxodo rural.

Com base nesse modelo, foi criado um curso que tinha a seguinte dinâmica: durante o período de uma ou duas semanas, os estudantes permaneciam no regime de internato, na escola, e alternavam por iguais períodos em suas casas/propriedades. A ideia é aplicar em casa o conhecimento adquirido no ambiente institucional e, a partir da experiência, trazer novas questões para reflexão na escola, junto aos colegas e professores. É nesta perspectiva dinâmica que surge a Maison Familiale Rurale (MFR), ou Casa Familiar Rural (CFR), cuja metodologia consiste na Pedagogia da Alternância. Gimonet (1999) descreve-a como:

[...] uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos de experiências colocando assim a experiência antes do conceito. A Pedagogia da Alternância, nos CEFFAs, dá prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo. (GIMONET, 1999, p.44-45).

³ Não Vou Sair do Campo | Gilvan Santos.



No início da década de 1960, as CFRs se consolidam como instituições de ensino de sucesso, tendo início, a partir daí, o processo de expansão da Pedagogia da Alternância para outros países, a começar pela Itália.

Remontamos ao ano de 1998, na cidade de Luziânia (GO), durante a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Arroyo e Fernandes (1999), neste espaço, destacam que ao clamar por uma Educação do Campo estão, na verdade:

[...] afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura, e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido. (ARROYO; FERNANDES, 1999 p.59).

Coadunando com esta premissa, Caldart (2001) argumenta que a educação do campo é a “[...] reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma nova sociedade com justiça social e trabalho para todos.” (p.209).

Dentro desse contexto, tem destacada importância para a comunidade as Escolas Família Agrícolas (doravante, EFAs), instituições de ensino criadas no campo – muitas vezes por associações comunitárias ou movimentos sociais – cujo foco são jovens camponeses, assentados, quilombolas e demais comunidades agrárias. Seu principal objetivo é a permanência do jovem no campo, de modo a frear o êxodo rural.

As EFAs têm sua origem na França, no ano de 1935, e seu primeiro registro no Brasil data da década de 1960, no estado do Espírito Santo. Para desempenhar seu papel, essas instituições se utilizam da Pedagogia da Alternância, um modelo de ensino que propõe a formação integral dos sujeitos, em que os alunos passam um determinado período na escola, aprendendo conteúdos, e outro período em suas propriedades, aplicando o que foi aprendido. Após, retornam à escola no período seguinte, fazendo a reflexão sobre a prática realizada. (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo estudo conduzido por Zimmermann e Meurer (2019) 90% dos egressos de um curso que adotava essa metodologia de ensino envolvia-se ativamente em atividades da comunidade, tais como cooperativas, ações beneficentes e eventos religiosos, sendo alguns como líderes ou membros da diretoria.

Este artigo encontra-se dividido em três seções: a primeira aborda o tipo de pesquisa realizada – pesquisas do tipo estado do conhecimento – na seção seguinte apresentamos as pesquisas encontradas em busca realizada no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), e realizamos uma breve descrição de cada uma. Por fim, na última seção, apontamos as considerações acerca dos trabalhos aqui analisados. Desta forma convidamos o leitor para desfrutar e dialogar conosco no universo da pesquisa que envolve a Educação do campo.



2. PESQUISAS DO TIPO ESTADO DO CONHECIMENTO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa do tipo estado do conhecimento que teve como objeto identificar a utilização da Pedagogia da Alternância em escolas do campo no Brasil. Assim, a constituição desta etapa do nosso trabalho se deu por meio de pesquisa parametrizada, feita no mês de maio de 2019, no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), utilizando como filtro as palavras-chave “Escola família agrícola” e “egressos”, no intervalo que compreende os anos de 2008 a 2019.

De acordo com Morosini e Fernandes (2014) a constituição de um estado do conhecimento se dá pela “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” (p.155).

Ferreira (2002), por sua vez, adverte que o estado do conhecimento consiste em pesquisa de caráter bibliográfico, que tem o objetivo:

[...] de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p.258).

O autor complementa que o estado do conhecimento possui um “caráter inventariante” e “descritivo” de pesquisas científicas em torno de um tema e/ou fenômeno investigado. Ao identificar diversas pesquisas, mapeando-as e realizando apontamentos sobre seu conteúdo, o pesquisador tem a possibilidade de perceber caminhos já percorridos, experiências de pesquisa exitosas (ou não), bem como referenciais teóricos que aprofundem suas intenções.

Assim, a constituição desta etapa da pesquisa se deu por meio de busca parametrizada do repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), utilizando como filtro as palavras-chave “Escola família agrícola” e “egressos”, no intervalo que compreende os anos de 2008 a 2019. No Quadro 1 apresentamos o resultado desta busca: 7 (sete) dissertações e 1 (uma) tese, num intervalo de 12 (doze) anos.

Há de se apontar que neste intervalo, 2008 a 2019, há períodos em que não são identificados, pelo menos nestes repositórios, pesquisas que envolvam tais temáticas. Para inteirar o leitor dos textos que serão apresentados neste artigo apresentamos no Quadro 2 os títulos, autoria, instituição e ano de publicação dos estudos (dissertações e tese).

**Quadro 1** - Resultado da busca.

Palavras-chave: "Escola família agrícola" e "egressos"	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Dissertações	1	Ø	1	1	Ø	Ø	1	2	Ø	Ø	Ø	1	7
Teses	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	1	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	1
Total	1	Ø	1	1	Ø	Ø	2	2	Ø	Ø	Ø	1	8

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Mapeamento das pesquisas analisadas (dissertações e tese).

Título	Tipo	Autoria	Instituição	Ano
A pedagogia da alternância na visão dos egressos da EFA de Porto Nacional - TO: a possibilidade de uma formação integral	Dissertação	Milton Vale Cavalcante	UFPA	2008
Inserção profissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo	Dissertação	Marinalva Jardim Franca Begnami	UFMG	2010
Escola Família Agrícola de Orizona: uma proposta de educação camponesa?	Dissertação	Ana Paula de Medeiros Ferreira	UFG	2011
A formação em agroecologia no MST/SC: um olhar sobre egressos do Curso Técnico da Escola 25 de Maio de Friburgo - SC	Dissertação	Matheus Fernando Mohr	UFSC	2014
A inserção socioprofissional dos jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz Do Sul no Vale do Rio Pardo, RS: uma contribuição para o desenvolvimento rural.	Dissertação	Adair Pozzebon	UFRGS	2015
Do terreiro de casa ao chão da escola: um caminho de práticas pedagógicas e práticas sociais construídas à luz da pedagogia da alternância. O caso da Escola Família Agrícola Dom Fragoso.	Dissertação	Maria Deuselena Dias de Souza	UFC	2015
Escola Família Agrícola e reprodução social camponesa: construindo caminhos de resistência	Dissertação	Erika Fernanda Pereira De Souza	UFG	2019
A práxis da Escola Família Agrícola: continuidades e permanências na vida de egressos camponeses	Tese	Nelbi Alves da Cruz	UFMT	2014

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao fazermos a análise de tantos trabalhos de fôlego é preciso destacar que a Educação do campo não é apenas localizada e/ou descritiva da região, mas compreende a cultura e os costumes do campo brasileiro de hoje. Não é uma escola descolada das suas materialidades, mas o campo em movimento que agrega lógicas distintas quanto à organização de sua vida e produção. (CALDART, 2009).



Para definir a Escola do Campo, recorremos a Arroyo, Caldart e Mollina (2004 p.34) que a explicam como um espaço que “[...] não precisa ser uma escola agrícola, mas será necessariamente uma escola vinculada a cultura de se produzir através de relações sociais mediadas por trabalho e terra.” Partindo deste princípio, Caldart (2012) explica a preferência pela utilização da expressão “campo” no lugar da expressão “rural”

[...] com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político. (CALDART, 2012, p.260)

A denominação Educação do Campo se refere a um povo que luta por condições de continuar existindo no campo, de produzir seu alimento sem agrotóxicos, de preservar as nascentes, de não poluir o ar, ou seja, o modo de produção camponês que beneficia não só a quem produz, mas estende esses benefícios à população em geral. (PALUDO, 2012).

Ao abordarmos a Educação do/no Campo não é possível deixar de mencionar o papel dos movimentos sociais, responsáveis por alavancar este modelo pedagógico no país. A este respeito Paludo (2012) destaca que atualmente:

[...] a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de educação popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico. Essa é uma importante experiência existente no Brasil, protagonizada pelos próprios sujeitos populares, apesar de alguns “transformismos” realizados pelo próprio Estado e por outras instituições. Seus impulsionadores são os movimentos populares do campo. (PALUDO, 2012, p.283).

Em outras palavras, Educação do Campo é uma educação que resgata o papel desse território, de produzir alimentos, contrapondo assim o modelo de concentração de terras do agronegócio, lutando pela reforma agrária. Desta forma, esta proposta educativa é percebida como um movimento pedagógico que proporcione, através da luta, um espaço para que todos que queiram produzir seu alimento, possam ter acesso à terra para plantar. E é sobre este tema importantíssimo que construímos este Estado do Conhecimento.



3. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Na dissertação intitulada “A Pedagoga da Alternância na visão dos egressos da EFA de Porto Nacional – TO: A possibilidade de uma formação integral”, de autoria de Nilton Vale Cavalcante (2008), da Universidade Federal do Pará.

A EFA de Porto Nacional, surgiu por iniciativa de uma organização da sociedade civil chamada Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAUDE). Na época da pesquisa, a EFA de Porto Nacional atendia cerca de 200 jovens oriundos de famílias ligadas ao campo, por meio do curso técnico em Agropecuária oferecido a turmas de ensino fundamental, médio e profissional. Em seu trabalho, o pesquisador discorre sobre a visão dos egressos da EFA de Porto Nacional, no estado do Tocantins, acerca de um dos pilares dos Centros Familiares de Formação por Alternância: A formação integral dos jovens.

O autor traz como definição de formação integral, o descrito por Calvó (1999) que explica este conceito como sendo:

[...] a totalidade, a integralidade da pessoa como ser humano e tudo aquilo que pode enriquecer a sua formação, considerando todos os ângulos: formação escolar, formação profissional, formação social, educação, cidadania, projeto de vida, economia, família, meio... todos os meios que se referem ou interferem de uma maneira ou de outra na formação das pessoas. (CALVÓ, 1999, p.22).

No início da dissertação, é apresentada uma descrição da cidade de Porto Nacional, relatando as dificuldades herdadas do estado de Goiás – do qual Tocantins foi desmembrado –, tais como escolas malconservadas, com estrutura física ultrapassada, e uma baixa autoestima de alunos e professores, além da inexistência de políticas para a educação do campo.

Também é exibido ao leitor uma revisão sobre a educação rural no Brasil, onde o autor descreve que essa “[...] teve como função política assegurar a hegemonia burguesa servindo na maior parte das vezes para legitimar a ordem econômica vigente.” (CAVALCANTE, 2008, p.56).

Entrando no campo da pesquisa realizada, encontramos a forma de atuação da EFA Porto Nacional, em que são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas. Foram realizadas entrevistas com 14 egressos, escolhidos após a aplicação de um questionário respondido por 32 dos 103 estudantes que concluíram o ensino médio e o ensino profissionalizante na EFA, até o ano de 2006.

A esse respeito, o autor apresenta os seguintes resultados: a maioria dos alunos da EFA são do sexo masculino (86%), pertencem à faixa etária de 18 a 30 anos e, do percentual apresentado, 54% têm mais de 25 anos. Dos informantes, 58% continuaram estudando, sendo que 54% destes concluíram ou estão cursando o ensino superior. 100% dos entrevistados afirmam que a EFA proporcionou uma formação mais ampla, não se limitando a apenas conferir-lhes a formação profissional.



Conclui, então, que a EFA de Porto Nacional, através da Pedagogia da Alternância, contribui para a formação integral de seus alunos, desenvolvendo-os para a cidadania e construindo uma cultura de participação no dia a dia do campo.

A dissertação intitulada “Inserção profissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo”, de autoria de Marinalva Jardim Franca Begnami (2010) e desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, teve por objetivo analisar a inserção socioprofissional de jovens do campo, a partir dos egressos da Escola Família Agrícola Bontempo.

A EFA Bontempo – primeira, em Minas Gerais, a ofertar ensino médio e técnico, prioritariamente, a filhos de agricultores familiares –, foi criada em 2001, fruto de organizações da sociedade civil, associações e sindicatos da região e está localizada no Vale do Jequitinhonha, região em que habitam quase um milhão de habitantes.

Para desenvolver seu trabalho, a autora, que caracterizou a sua pesquisa como sendo um estudo de caso de abordagem qualitativa, selecionou jovens entre 19 e 29 anos, que correspondiam a 92% dos alunos egressos entre os anos de 2001 a 2005 da EFA.

Para a coleta de dados foram utilizados questionário e entrevistas semiestruturadas, enviados para o universo de 128 jovens egressos naquele período. A amostra foi constituída por 90 sujeitos que retornaram à solicitação.

A autora, ao fazer a análise dos dados coletados, apresenta uma descrição pormenorizada dos egressos, composto em sua maioria por homens (66%) pretos e pardos (73%), e moradores da zona rural (50%). Após a formação de nível médio obtida na EFA Bontempo 9% dos egressos já se graduaram e 30% estão cursando alguma graduação, sendo dois dos cursos mais procurados os de Licenciatura em Educação do Campo e Agronomia.

Percebemos ainda que uma parcela de 79% dos egressos reside no meio rural, sendo que 80% das famílias são residentes da zona rural há mais de 10 anos, e que a maioria dos jovens informantes da pesquisa, nasceu e cresceu no campo, configurando seu pertencimento e responsabilidade pela sequência do trabalho rural familiar. Quase metade das famílias possui até 50 hectares de terra.

Sobre a inserção profissional, 26% dos egressos apontaram estar envolvidos em atividades da agricultura familiar e 24% da educação. 60% prestam serviços voluntários na comunidade em que estão inseridos, e 73% dos egressos afirmam que a formação por alternância contribui para o desenvolvimento familiar. Foram ainda citadas como melhorias o aprimoramento do trabalho na agricultura familiar, a relação entre pais e filhos, a valorização do jovem e a valorização da cultura camponesa.

A dissertação “Escola família agrícola de Orizona: uma proposta de educação camponesa?”, de autoria de Ana Paula de Medeiros Ferreira (2011) objetivou compreender a posição da Escola Família Agrícola de Orizona (GO) – EFAORI em relação à invasão do Agronegócio no município.

A autora discute a “violência simbólica” da escola através da sua “força” intrínseca do conhecimento formal e indicando o que deve ser aprendido e ensinado. A autora descreve o trabalho desenvolvido nas Escolas Família Agrícolas, as quais, na sua



opinião são inspiradas no método de ensino proposto por Paulo Freire e sua necessidade de reinventar a educação. Ferreira (2011) traz ainda um relato histórico da educação no Brasil, que, segundo a autora, surge como um instrumento de imposição da cultura europeia dirigida a um pequeno grupo de pessoas, os filhos dos grandes latifundiários. Nesse contexto, os camponeses não tinham acesso à educação formal e a justificativa defendida era de que para realizar trabalhos braçais não era preciso ir à escola.

A autora aborda o período pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que o mundo passa por um grande processo de industrialização e estabilidade econômica, promovendo um aumento da população urbana, grande parte oriunda da zona rural. Relata ainda que nesse período houve um grande aumento na expectativa de vida das pessoas, juntamente com um grande enriquecimento de uma pequena parcela da população. No Brasil, o destaque da grande industrialização é na era Kubitschek (1956 a 1961), na qual muitos brasileiros deixam o campo, rumo às cidades, em busca de melhores oportunidades. Outros fatores que explicam o êxodo rural são o endividamento dos pequenos proprietários (que perdem suas terras) e o fechamento de postos de trabalho em virtude da mecanização da agricultura.

A autora da pesquisa expõe em seu texto que a Educação do Campo, antes chamada de educação rural, não satisfazia as necessidades daquela população e esteve fora das agendas políticas por muitos anos. No Brasil, somente após a década de 1930 passa a se valorizar, um pouco mais, a educação rural. No entanto, a modernização do campo exigia mão de obra qualificada, bem como indústrias urbanas. Desta forma, qualifica-se os moradores das zonas rurais, visando a modernização do trabalho e estimulando, assim, o êxodo rural. A esse respeito, Ferreira (2011) destaca que “êxodo rural” é uma expressão burguesa que mascara os reais motivos da expulsão das famílias camponesas de suas moradas.

Na segunda metade do século XX, alguns movimentos começam a surgir em favor da população rural e em defesa da educação do campo, destacando-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Juntam-se a esses movimentos, partidos de esquerda e alguns setores da Igreja, culminando no surgimento do Movimento por uma Educação Básica do Campo, que ganha visibilidade após a I Conferência por uma Educação Básica do Campo, realizada no município de Luziânia (GO), em 1998.

A EFAORI recebe alunos de 22 municípios que compõem o chamado Território da Estrada de Ferro, e ocupa uma área de 4,42 hectares. A escola oferece o curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, de nível médio. Em sua pesquisa, a autora apresenta que 97% dos egressos têm entre 15 e 22 anos. Destes, 50% dos pais possuem propriedades de até 40 hectares e 71% deste universo são estabelecimentos de agricultura familiar, cujo principal produto é a bovinocultura leiteira e metade das famílias possui uma renda mensal de um a três salários-mínimos.

Ferreira (2011) destaca que 70% dos jovens não têm vontade de ou interesse em morar na cidade. Nas palavras da autora, a pergunta mais importante foi “O que você vai fazer quando sair da EFAORI?”, e teve 66,67% das respostas afirmando que pretendem seguir seus estudos a nível superior.



Nos dados dos informantes, 90% destacam que a EFAORI fornece condições para o jovem permanecer naquele espaço. Todos os egressos responderam estar engajados em atividades que envolvem a comunidade, e demonstram interesse na melhora da qualidade de vida através da propriedade rural. Além da educação emancipadora, fornecida pela EFA, há um aporte ao papel do estado no fomento de oportunidades de geração e diversificação da renda para os jovens do campo, na tentativa de se construir uma sociedade mais justa.

A dissertação “A formação em Agroecologia no MST/SC: um olhar sobre os egressos do curso técnico da Escola 25 de Maio de Fraiburgo - SC”, de autoria de Matheus Fernando Mohr (2014), junto à Universidade Federal de Santa Catarina, teve por objetivo analisar a formação em agroecologia dessa escola, que se encontra situada na zona de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para tanto, o autor utilizou, junto aos egressos formados entre os anos de 2008 e 2011, questões relacionadas aos limites e potencialidades no desenvolvimento da produção agroecológica.

O autor inicia abordando a exploração portuguesa no Brasil, no período compreendido entre os anos de 1500 e 1889. O objetivo era a produção de bens para a exportação, tendo por base o latifúndio e a monocultura, por meio da exploração da mão de obra escrava.

Segundo Mohr (2014), no Brasil, a compra e venda de terra só é possível a partir do ano de 1850, após homologação da Lei das Terras nº 601. A partir de então, a economia brasileira é baseada no latifúndio e monoculturas geradoras de *commodities*. A modernização do campo começa a ser notada após a década de 1930, com o surgimento de máquinas, a padronização de sementes e a utilização de agrotóxicos, de forma a aumentar o volume da produção agropecuária, principalmente após o ano de 1950.

Destas transformações, surge o campesinato brasileiro, uma população dividida entre empregados rurais e produtores familiares, composto, historicamente, por diversos grupos, tais como escravos libertos, imigrantes, posseiros e sertanejos.

O autor cita também que o município de Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina (SC), recebeu o primeiro assentamento oriundo da reforma agrária, com cerca de duas mil famílias, em 25 de maio de 1985, e diante da necessidade de um espaço de escolarização, foi fundada no ano de 1988 a Escola Agrícola 25 de Maio, atendendo as 86 famílias do assentamento Faxinal do Domingues I e II. A escola oferecia diferentes níveis de ensino. No ano de 2005, passou a ofertar, também, o curso técnico profissional em Agroecologia.

Mohr (2014) descreve o agroecologia dentro do MST, que surge da busca de tecnologias alternativas para os meios de produção, no ano de 1986. Em 1990 é criado o Sistema Cooperativista de Assentados, organizando a produção coletiva de alimentos. Os debates sobre a produção ecológica de alimentos aumentam após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro. Em 2000, no 4º Congresso Nacional do MST, é decidido que a agroecologia seria a forma de produção dos



assentamentos, o que demandou a implantação de cursos e o aprofundamento de pesquisas nessa temática.

Sobre o Curso Técnico em Agroecologia, o autor aponta sua oferta em regime de alternância e com duração de três anos. Para a certificação dos alunos, foi feita uma parceria com o Instituto Federal Catarinense (IFC). A parceria com o IFC permitiu também a inclusão de agricultores de fora do MST, indígenas e trabalhadores urbanos. Em sua pesquisa, foi enviado questionário a fim de, inicialmente, verificar onde estavam atuando os 103 egressos formados entre os anos de 2008 e 2011. Desses, 15 não foram localizados. O foco foi nos egressos que desenvolviam atividades relacionadas à agroecologia nos assentamentos do MST, resultando em uma amostra de oito egressos.

Dos entrevistados, seis afirmam que a agroecologia está inserida em apenas 10% do total de atividades envolvidas, demonstrando, segundo o autor, grande dificuldade em transpor o modelo tradicional de produção. Cinco egressos apontam como principal motivo para essa dificuldade a falta de conhecimento técnico para o desenvolvimento de atividades agroecológicas. O principal obstáculo encontrado durante a formação, na opinião de seis entrevistados, foi a falta de aulas práticas durante o curso. Sobre as mudanças que estão implantando ou tentando implantar nas suas atividades profissionais atuais, destaca-se a intenção de diminuir o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Mohr (2014) conclui fazendo uma reflexão sobre a busca de condições que viabilizem a difusão da agroecologia como prática produtora de alimentos em detrimento a monoculturas que produzem para exportação.

A dissertação intitulada “A inserção socioprofissional dos jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), no Vale do Rio Pardo, RS: Uma contribuição para o desenvolvimento rural” de autoria de Adair Pozzebon (2015) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – pesquisou os egressos da EFA Santa Cruz do Sul e a sua inserção no mundo do trabalho e vida acadêmica. O objetivo proposto foi descrever e analisar o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), sua implantação, os resultados, a trajetória dos egressos e a contribuição para o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo.

Na EFASC, a faixa etária dos alunos varia entre 13 e 23 anos, oriundos da agricultura familiar do Vale do Rio Pardo. Nessa região, predomina a plantação de tabaco, o que impacta significativamente na renda das famílias do campo. Segundo o autor, as famílias buscam nas EFAs um meio de evitar o distanciamento dos filhos e a perda do vínculo com a terra em que vivem; para isso, tem destaque a formação por alternância.

Na apresentação de sua pesquisa, são citados exemplos do que o autor chama de “preconceito cultural” (p.23), imbuído em frases como “quero que meus filhos estudem para ser alguém na vida” (p.23), ou em quem pense que os jovens que permanecem no campo “não deram certo para o estudo” (p.23) – o que reforça a ideia de que permanecer na agricultura é um fracasso. Faz ainda uma reflexão sobre como o sujeito do campo é representado em festas juninas, telenovelas e na literatura, a exemplo de personagens como o “Jeca Tatu”, sempre pouco instruído, com aparência diferente e fala carregada de erros.



A população da pesquisa compreendeu 66 jovens entre 15 e 29 anos, oriundos das duas primeiras turmas da EFASC, formados em 2011 e 2012. Foi feito um levantamento quali-quantitativo por meio de questionário online, com questões abertas e fechadas, pesquisa documental e entrevistas.

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é citado por Pozzebon (2015) como “[...] a principal ferramenta para articular o saber popular e o conhecimento científico.” (p.82). Esse projeto possibilita que o jovem procure alternativas viáveis e sustentáveis para permanecer no campo, buscando geração de renda e qualidade de vida. O PPJ ainda se apresenta como algo que dê sentido à formação e à vida, pois representa o fim do ciclo de estudos do aluno dentro da EFA. Para sua conclusão, são necessários diferentes saberes, tais como a escrita, a organização de ideias, o raciocínio lógico-matemático, e a administração e oralidade, apresentados posteriormente a uma banca de avaliação.

Segundo dados apresentados, 50% dos projetos foram implantados em sua totalidade e outros 47% implantados parcialmente. Do total de projetos desenvolvidos pelos jovens analisados, em 55% dos casos houve participação da família em sua elaboração e execução. Quanto ao acesso a políticas públicas para financiamento dos PPJs, o autor considerou praticamente inexistente o acesso a políticas públicas para a juventude rural, tais como Bolsa Jovem Rural e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Entre os egressos estudados nesta pesquisa, 74% residem no mesmo lugar que seus pais. Uma preocupação do autor era de que os alunos, depois de formados, já com o título de Técnico Agrícola, busquem o mundo do trabalho e deixem a vida no campo, porém, os dados levantados mostram que 76% dos jovens pesquisados mantêm vínculo de trabalho na propriedade dos pais. A fonte de renda é variável, sendo que 59% apresentam três ou mais fontes de renda, dentre elas a agricultura, a pecuária e atividades não ligadas ao campo, como trabalho na indústria, comércio e prestação de serviços.

Pozzebon (2015) conclui, ressaltando a importância das EFAs na permanência do jovem no campo, e da importância do PPJ na formação por alternância, instrumento esse ao qual deve ser dada larga importância durante os anos em que o jovem frequenta a escola.

A dissertação “Do terreiro de casa ao chão da escola: um caminho de práticas pedagógicas e práticas sociais construídas à luz da pedagogia da alternância. O caso da escola família agrícola Dom Fragoso”, de autoria de Maria Deuselena Dias de Souza (2015), produzida junto a Universidade Federal do Ceará analisa a formação dos estudantes da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, localizada no município de Independência, no estado do Ceará.

De acordo com a autora, a educação rural, no Brasil, teve como principal função conter o êxodo rural acentuado em determinadas épocas e formar mão de obra para atuar na modernização da agricultura, advinda dos avanços tecnológicos introduzidos no país ao longo dos anos. Progressos na criação de um projeto voltado para uma educação do campo surgem principalmente após o ano de 1998, e se consolidam em



2002, com a promulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (CNE/CEB, 2002).

A Escola Família Agrícola Dom Fragoso, objeto do estudo, foi fundada no ano de 2001, no município de Independência. A primeira turma dessa escola contava com 25 alunos da 5ª série do ensino fundamental; nos anos seguintes passando a ofertar as outras séries, até o ensino médio. À época da geração de dados da pesquisa, a escola contava com três turmas de ensino médio, atendendo 74 jovens oriundos de propriedades rurais dos municípios da região e de assentamentos.

O trabalho teve a seguinte questão como central: “Quais as contribuições do projeto formativo da EFA Dom Fragoso na prática social de seus/suas alunos/as egressos/as?”, composta de pesquisa na literatura e trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas com 17 pessoas da comunidade da EFA, entre membros da escola, alunos egressos e líderes comunitários, além da aplicação de um questionário semiestruturado.

Segundo a autora, o tempo de estudos na EFA Dom Fragoso é voltado para a convivência com o semiárido, buscando sempre construir novas relações, o desenvolvimento dos sujeitos e o despertar do pensamento crítico, possibilitando a permanência dos alunos em suas comunidades. Registra ainda seu desejo de que mais escolas como essa sejam criadas, de modo a potencializar o desenvolvimento humano e econômico no semiárido nordestino.

A dissertação “Escola Família Agrícola e reprodução social camponesa: construindo caminhos de resistência”, de autoria de Erika Fernanda Pereira de Souza, defendida em 2019 na Universidade Federal de Goiás, teve por objetivo investigar a inserção e atuação profissional, produtiva e social dos egressos da EFA Nova Esperança, situada no município de Taiobeiras, região do Alto Rio Pardo, no estado de Minas Gerais. Esta instituição foi fundada no ano de 2012, inicialmente com 73 alunos e oito funcionários, ofertando ensino médio integrado ao curso técnico em Agropecuária.

A autora cita a importância do “Movimento por uma Educação do Campo”, que teve sua primeira conferência em 1998, formado com o intuito de romper com a educação rural vigente, e da realidade do meio, marcada pela desigualdade, exploração e violência. Aponta ainda, que a organização dos indivíduos do campo em associações e movimentos sociais foi crucial para diversas lutas, em busca de condições de igualdade; de uma educação articulada com a formação humana e a vida do trabalhador do campo e de um projeto de transformação social. Na busca desse objetivo, Souza (2019) destaca os Centros Familiares de Formação por Alternância, na difusão da pedagogia da alternância, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Discorre, ainda, sobre o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), que permitiu o acesso de jovens e adultos assentados à escolarização e a capacitação de profissionais para atuar na assistência técnica aos assentados. Na visão da autora, as políticas fomentadas pelo Estado, acerca da valorização dos produtos oriundos dos camponeses, também merecem notoriedade.

A região onde a escola está inserida possui uma população de 192.165 habitantes (CENSO, 2010) - sofre com o avanço das monoculturas, tais como soja e cana-de-açúcar. Quanto aos alunos da EFA, cerca de 70% são oriundos de propriedades com



até 20 hectares. Dentro os produtos cultivados, destacam-se: feijão (90%), milho (86%), mandioca (68%), cana-de-açúcar (27%) e criação animal (23%). Cada família relatou, em média, quatro itens cultivados em suas propriedades.

No desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 50 egressos de um universo de 132 alunos formados pela EFA Nova Esperança. O público da EFA é predominante masculino, sendo cerca de dois terços do total de alunos. Os egressos pesquisados tinham entre 18 e 26 anos e concluíram o curso nos anos de 2014 até 2017. O principal motivo apontado pelos jovens para estudar na EFA foi o fato de a escola apresentar curso integrado, opção apontada por 18 dos entrevistados. Quanto à ocupação dos egressos, 46% desenvolviam, à época da pesquisa, atividade na propriedade rural, exclusiva ou combinada, sendo que 30% ainda deram continuidade aos estudos. A autora cita ainda que 12% migraram para centros urbanos e estão trabalhando em ocupações como indústria ou comércio. Aponta ainda que 72% dos egressos afirmam que a EFA Nova Esperança contribui largamente com o processo de inserção produtiva, social e cultural, em virtude de sua proposta de formação integral.

A tese intitulada "A práxis da escola família agrícola: Continuidades e permanências na vida de egressos camponeses", de autoria de Nelbi Alves da Cruz (2014), desenvolvida na Universidade Federal do Mato Grosso, objetivou compreender a relação existente entre as vivências dos egressos e as ações que desenvolvem no campo referente ao seu trabalho, realizado na Escola Família Agrícola de Cacoal, estado de Rondônia.

A pesquisador relata a chegada da Pedagogia da Alternância ao Brasil na década de 1960, sendo o estado do Espírito Santo o primeiro a ter uma escola com este método de ensino que traz uma proposta que valoriza o conhecimento da população campesina, estimulando a permanência dos filhos de agricultores no campo e diminuindo o êxodo rural. Cruz (2014) destaca que os alunos, dentro dessa abordagem de escola, podem se dedicar ao estudo sem precisar abandonar as propriedades rurais. Aponta que a EFA Cacoal buscava "[...] formar jovens que promovessem o desenvolvimento local com sustentabilidade, defendessem uma sociedade solidária e apoiassem as questões de melhoria das condições de vida humana, principalmente dos camponeses." (p.61).

A EFA Cacoal, objeto de estudo desta pesquisa, é dividida em três setores: Administrativo, pedagógico e agropecuário. O Administrativo responsável por garantir o funcionamento da escola e dos demais setores; o Pedagógico responsável pelas disciplinas e organização curricular, e o Agropecuário, responsável por administrar e cuidar da terra, no âmbito da escola, sendo também responsável pelas culturas, áreas de lazer, máquinas e implementos agrícolas e horta, entre outros.

Por meio de observação participante, entrevistas e documentos, a autor percebe que são raros os jovens egressos que permanecem no campo, e aponta como fator da continuidade dos estudos, que facilita a saída para o meio urbano. Apresenta, ainda, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a EFA e outros movimentos sociais são formas de resistência do campo frente ao estado.



No desenvolvimento de sua pesquisa, Cruz (2014) informa que a amostra foi composta por seis ex-alunos que concluíram seus estudos entre os anos de 1998 e 2009, e que ainda moram no campo ou exercem alguma atividade rural. Apresenta relatos das histórias de vida destes estudantes, antes do ingresso na escola. Assinala que, muitas vezes, a infância e a adolescência, desses jovens, foram marcadas por lutas e dificuldades. O conflito entre fazendeiros e indígenas que residiam nessa região era comum. Destaca as dificuldades de acesso ao ensino, enfrentada pelos estudantes, uma vez que nas “escolinhas rurais” da região é comum um professor ser responsável por turmas multisseriadas, além de desenvolver atividades administrativas da escola.

O início da vida na EFA, para alguns, foi a primeira experiência longe de casa. Durante a formação, aponta o pesquisador, os estágios têm papel importante, sendo desenvolvidos em pequenas indústrias da região, em propriedades rurais, sindicatos e até mesmo na Comissão Pastoral da Terra e Assentamentos, sempre orientados por um monitor. A autor conclui o seu estudo apresentando que a responsabilidade pessoal e coletiva, o respeito pelas pessoas, os valores da família camponesa, o envolvimento sócio comunitário, a defesa de uma agricultura com sustentabilidade, entre outros aspectos defendidos pela escola, permanece na vida desses egressos, em suas atividades profissionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura cuidadosa de todas essas pesquisas trazemos como unanimidade a importância da educação do campo para a população camponesa, bem como a preocupação constante no aperfeiçoamento de seus métodos. Além da luta por uma educação que seja do campo e no campo, isto é, voltada para o jovem camponês, sem que ele precise ir até a cidade para ter acesso a uma educação que venha ao encontro de suas necessidades. Esta forma de ver a educação é relativamente nova, começando a partir de 1998, como ressaltam Ferreira (2011), Mohr (2014) e Pozzebon (2015).

Destacamos, ainda, como fato importante, que as escolas do campo, antes de agrícola, eram, em sua maioria, extensões das escolas urbanas. Muitos pais não viam importância na formação escolar dos filhos, uma vez que, no entendimento das famílias, para desenvolver as atividades cotidianas da região, a escolarização não era vista como necessária.

A formação por Alternância, como bem destacado na pesquisa de Begnami (2010), se adapta, de forma robusta e com êxito, aos jovens do campo. A metodologia adotada envolve uma forma de acolher os alunos em um sistema que conversa com a sua realidade, uma vez que, a maioria dos egressos permanecem no campo desenvolvendo atividades ligadas à agricultura, diferente da escola tradicional. Souza (2019) ainda aponta o fato de que as EFAs também têm destacado papel por sua atuação regional e inserção em assentamentos, quilombos e comunidades indígenas, proporcionando acesso à escolarização a estes povos, muitas vezes esquecidos pelos governantes.

A importância dessas instituições é externada por Cavalcante (2008), em sua pesquisa, na qual cita que mais da metade dos egressos de EFAs conseguiram dar



continuidade a seus estudos. Acrescenta ainda que a formação por alternância além da escolarização proporciona, aos estudantes, uma outra forma de enxergar o mundo. Outro fato importante, destacado por Pozzebon (2015), na formação dos jovens nessas escolas tem como destaque o Projeto Profissional do Jovem, espaço em que o estudante coloca em prática o que é ensinado, junto de suas vivências, procurando alternativas para a resolução de problemas e geração de renda.

Por fim, enfatizamos a importância das Escolas Família Agrícola num projeto de sociedade em que a Educação do Campo precisa estar inserida. Desta forma reforçamos a necessidade de parcerias que busquem atuar de forma articulada com a sociedade. Os desafios políticos e pedagógicos são inúmeros, mas através da articulação dos profissionais que atuam na escola, juntamente com instituições parceiras, é possível, sim, consolidar e fortalecer as trincheiras de luta que apontam para um caminho promissor na educação dos jovens do campo.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G; FERNANDES B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BEGNAMI, M. J. F. **Inserção profissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo**. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, mar./jun. 2009.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. São Paulo: Estudos Avançados, 2001.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALVÓ, P. P. Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999. p.15-24.

CAVALCANTE, M. V. **A Pedagoga da Alternância na visão dos egressos da EFA de Porto Nacional - TO: a possibilidade de uma formação integral**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CNE/CEB. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2002.

CORDEIRO, G. N. K.; REIS, N. S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n.85, p.115-125, 2011.



CRUZ, N. A. **A práxis da escola família agrícola**: continuidades e permanências na vida de egressos camponeses. 2014. 224 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

FERREIRA, A. P. M. **Escola família agrícola de Orizona**: uma proposta de educação camponesa? 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, v.23, n.79, p.257-272, ago. 2002.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999. p.39-48.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

MOHR, M. F. **A formação em Agroecologia no MST/SC**: um olhar sobre egressos do curso técnico da Escola 25 de Maio de Friburgo – SC. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.154-164, jul./dez. 2014.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural**: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1977.

PALUDO, C. Educação popular. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

POZZEBON, A. **A inserção socioprofissional dos jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul no vale do Rio Pardo, RS**: uma contribuição para o desenvolvimento rural. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SOUZA, E. F. P. **Escola família agrícola e reprodução social camponesa: Construindo caminhos de resistência**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, M. D. S. **Do terreiro de casa ao chão da escola**: um caminho de práticas pedagógicas e práticas sociais construídas à luz da pedagogia da alternância. O caso da Escola Família Agrícola Dom Frágoso. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.



ZIMMERMANN, A.; MEURER, A. C. Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS. **Revista NERA**, v.22, n.48, p.154-173. 2019.

Submetido em: **13/07/2021**

Aceito em: **03/01/2023**